

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

**1. Política Operacional**

Em 2018, o Sicoob Sul completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

**2. Nosso Desempenho**

**2.1) Resultado**

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Demonstração do Resultado do Período			Variação
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	69.402	53.361	30,06
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.706	22.019	-33,21
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.430	3.023	178,86
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	22.444	17.750	26,45
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.261	6.267	31,82
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	52.459	43.006	21,98
Despesas Tributárias	1.138	907	25,47
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.816	5.644	38,48
Ingressos de Depósitos Interooperativos	33.129	40.605	- 18,41
Juros ao Capital	9.005	12.202	- 26,20
Sobras bruta do exercício	62.162	50.230	23,75

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 26,45%, o resultado da intermediação financeira aumentou 30,06% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 31,82% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 21,98%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 42,78%. 1,51% maior comparado com o exercício de 2017.

A sobra bruta em 31/12/2018 da Cooperativa cresceu 23,75% se comparado ao mesmo exercício de 2017.

**2.2) Dados Patrimoniais**

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Balanco Patrimonial	1.180.346	975.552	20,99
Ativos Totais	586.221	484.686	20,95
Centralização Financeira	550.751	460.585	19,58
Carteira de Crédito	708.369	576.788	22,81
Depósitos	300.523	247.780	21,29
Patrimônio Líquido	282.382	247.764	13,97

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 1.180.346 mil ao exercício de 2018, com crescimento de 20,99% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$ 586.221 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 20,95%.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 550.751 mil, com crescimento de 19,58% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Os depósitos obtiveram um aumento de 22,81% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 708.369 mil.

O patrimônio líquido cresceu 21,29% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 300.523 mil.

**2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ**

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$						%	
	31/12/2018			31/12/2017			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	83.690	14.731	98.421	79.808	14.355	94.163	4.258	4,52%
Empréstimos	66.187	311.087	377.274	57.533	228.567	286.100	91.174	31,87%
Títulos descontados	7.198	43.587	50.785	7.760	47.007	54.767	-3.982	-7,27%
Conta Corrente	6.415	17.856	24.271	6.339	19.216	25.555	-1.284	-5,02%
Total	163.490	387.261	550.751	151.440	309.145	460.585	90.166	19,58%

**3) Pessoas**

Contávamos com 272 colaboradores no final de dezembro de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 20.681 mil.

**4) Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em dezembro de 2018, houve uma concentração de 91,25% nos níveis de risco "AA" a "C".

**5) Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

**6) Conselho Fiscal**

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

**7) Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

**8) Sistema de Ouvidoria**

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 93 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, as 50 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

**9) Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de dezembro de 2018.

**Conselho de Administração e Diretoria Executiva.**

**BALANÇO PATRIMONIAL** (EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		<b>909.398</b>	<b>776.539</b>
Disponibilidades	3.(u)	7.275	4.715
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	600	-
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	10	1.157
Carteira Própria		10	1.157
Relações Interfinanceiras	5	586.221	484.686
Centralização Financeira - Cooperativas	3.(u)	586.221	484.686
Operações de Crédito	6	302.162	275.758
Empréstimos e Títulos Descontados		252.792	226.449
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		62.893	65.008
(-) Provisão para Operações de Crédito		(13.523)	(15.699)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>7.057</b>	<b>5.208</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.306	1.597
Rendas a Receber		3.870	3.217
Diversos		2.873	1.433
(-)Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7.(b)	(992)	(1.039)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>6.073</b>	<b>5.015</b>
Outros Valores e Bens		6.060	6.038
(-)Provisões para Desvalorizações		(925)	(1.084)
Despesas Antecipadas		938	61
<b>Não Circulante</b>		<b>270.948</b>	<b>199.013</b>
Realizável a Longo Prazo		234.541	168.732
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	6.443	10.610
Carteira Própria		6.443	10.610
Operações de Crédito	7	225.659	155.848
Empréstimos e Títulos Descontados		199.538	139.973
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		35.528	29.155
(-) Provisão para Operações de Crédito		(9.407)	(13.280)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7.(a)</b>	<b>2.439</b>	<b>2.274</b>
Diversos		2.439	2.274
<b>Permanente</b>		<b>36.407</b>	<b>30.281</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>26.797</b>	<b>22.895</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		18.267	15.325
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		8.530	7.570
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>9.499</b>	<b>7.269</b>
Imóveis de Uso		379	379
Outras Imobilizações de Uso		16.688	13.241
(-) Depreciações Acumuladas		(7.568)	(6.351)
<b>Intangível</b>	<b>10.1</b>	<b>111</b>	<b>117</b>
Ativos Intangíveis		697	621
(-) Amortização Acumulada		(586)	(504)
<b>TOTAL</b>		<b>1.180.346</b>	<b>975.552</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>812.332</b>	<b>675.607</b>
Depósitos	11	708.369	576.717
Depósito à Vista		167.099	124.799
Depósito Sob Aviso		26.724	26.155
Depósito a Prazo		514.546	425.763
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>6.451</b>	<b>-</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		6.451	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>53.777</b>	<b>54.316</b>
Correspondentes		5	3
Repasse interfinanceiros		53.772	54.313
<b>Relações Interdependências</b>	<b>13</b>	<b>9.252</b>	<b>13.510</b>
Recursos em Transito de Terceiros	15	9.252	13.510
<b>Obrigações Por Empréstimos e Repasses</b>	<b>12.1</b>	<b>7.560</b>	<b>7.560</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições		7.560	7.560
<b>Outras Obrigações</b>		<b>26.923</b>	<b>23.504</b>
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	229	208
Sociais e Estatutárias	14.2	15.984	15.466
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.189	1.546
Diversas	14.4	9.521	6.284
<b>Não Circulante</b>		<b>67.491</b>	<b>52.165</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Depósitos	11	-	71
Depósito a Prazo		-	71
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>20.587</b>	<b>9.763</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		20.587	9.763
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>44.069</b>	<b>39.529</b>
Repasse Interfinanceiros		44.069	39.529
<b>Outras Obrigações</b>	<b>27</b>	<b>2.835</b>	<b>2.802</b>
Diversas		2.835	2.802
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>300.523</b>	<b>247.780</b>
<b>Capital Social</b>		<b>149.779</b>	<b>132.230</b>
De Domiciliados no País		150.582	132.882
(-) Capital a Realizar		(803)	(652)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>130.168</b>	<b>100.623</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>20.576</b>	<b>14.927</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.180.346</b>	<b>975.552</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS** (EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>19.1</b>	<b>58.517</b>	<b>109.534</b>	<b>104.083</b>
Operações de Crédito		58.281	108.980	102.588
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.2	236	554	1.495
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>20.1</b>	<b>(30.862)</b>	<b>(54.838)</b>	<b>(72.741)</b>
Operações de Captação no Mercado	11.(b)	(16.955)	(32.470)	(43.535)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(3.851)	(7.662)	(7.187)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos		(10.056)	(14.706)	(22.019)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>27.655</b>	<b>54.696</b>	<b>31.342</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais</b>		<b>4.267</b>	<b>9.670</b>	<b>20.074</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.700	11.278	9.408
Rendas (Ingressos) de Tarifas		6.174	11.166	8.342
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(10.849)	(20.681)	(17.988)	
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(13.822)	(26.540)	(21.416)	
Dispêndios/Despesas Tributárias	(585)	(1.138)	(907)	
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	17.514	33.129	40.605
Outros Ingressos/Rendas Operacionais		3.701	7.694	5.632
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(3.566)	(5.238)	(3.602)	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>31.922</b>	<b>64.366</b>	<b>51.416</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>103</b>	<b>122</b>	<b>12</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>32.025</b>	<b>64.488</b>	<b>51.428</b>
Participações nos Resultados de Empregados	(1.152)	(2.326)	(1.198)	
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>30.873</b>	<b>62.162</b>	<b>50.230</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>		<b>(32.581)</b>	<b>(23.101)</b>	<b>(23.101)</b>
F.A.T.E.S.		(3.036)	(2.576)	
Reserva Legal		(29.017)	(20.525)	
Fundo de Investimento Social - FIS		(528)	-	
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>		<b>29.581</b>	<b>27.129</b>	<b>27.129</b>
Juros ao Capital	(9.005)	(9.005)	(12.202)	
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>		<b>20.576</b>	<b>14.927</b>	<b>14.927</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM 31/12/2017 E DE 2018   EM MILHARES DE R\$)						
Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>119.900</b>	<b>(494)</b>	<b>78.601</b>	<b>1.497</b>	<b>8.436</b>	<b>207.940</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao Capital	8.391				(8.391)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(45)	(45)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	4.716	(158)				4.558
Por Devolução (-)	(9.242)					(9.242)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(171)					(171)
Sobras ou Perdas Líquidas					50.230	50.230
Provisão de Juros ao Capital					(12.202)	(12.202)
Subscrição do Juros ao Capital	12.202					12.202
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(2.281)					(2.281)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(280)					(280)
IRRF sobre Juros ao Capital	(353)					(353)
Fates Atos Não Cooperativos					(710)	(710)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundos de Reserva			20.525		(20.525)	-
FATES					(1.866)	(1.866)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>132.882</b>	<b>(652)</b>	<b>99.126</b>	<b>1.497</b>	<b>14.927</b>	<b>247.780</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>132.882</b>	<b>(652)</b>	<b>99.126</b>	<b>1.497</b>	<b>14.927</b>	<b>247.780</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao Capital	14.748				(14.748)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(179)	(179)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	7.508	(151)				7.357
Por Devolução (-)	(11.296)					(11.296)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(221)					(221)
Sobras ou Perdas Líquidas					62.162	62.162
Provisão de Juros ao Capital					(9.005)	(9.005)
Subscrição do Juros ao Capital	9.005					9.005
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(1.719)					(1.719)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(125)					(125)
IRRF sobre Juros ao Capital	(200)					(200)
Fates Atos Não Cooperativos					(398)	(398)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundos de Reserva			29.017		(29.017)	-
Fundos de Investimento Social				528	(528)	-
FATES					(2.638)	(2.638)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>150.582</b>	<b>(803)</b>	<b>128.143</b>	<b>2.025</b>	<b>20.576</b>	<b>300.523</b>
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>145.685</b>	<b>(771)</b>	<b>99.126</b>	<b>1.497</b>	<b>26.966</b>	<b>272.503</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	4.553	(32)				4.521
Por Devolução (-)	(6.462)					(6.462)
Estorno de Capital	(155)					(155)
Sobras ou Perdas Líquidas					30.873	30.873
Provisão de Juros ao Capital					(4.682)	(4.682)
Subscrição do Juros ao Capital	9.005					9.005
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(1.719)					(1.719)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(125)					(125)
IRRF sobre Juros ao Capital	(200)					(200)
Fates Atos Não Cooperativos					(398)	(398)
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundos de Reserva			29.017		(29.017)	-
Fundos de Investimento Social				528	(528)	-
FATES					(2.638)	(2.638)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>150.582</b>	<b>(803)</b>	<b>128.143</b>	<b>2.025</b>	<b>20.576</b>	<b>300.523</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM 31/12/2017 E DE 2018   EM MILHARES DE R\$)			
	2º SEMESTRE 2018	12/31/2018	12/31/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>32.025</b>	<b>64.488</b>	<b>51.428</b>
Participações nos Resultados de Empregados	(1.152)	(2.326)	(1.198)
Depreciações e Amortizações	898	1.719	1.172
Provisão para perda com operações de crédito	10.056	14.706	22.019
Provisão de Juros ao Capital	(4.682)	(9.005)	(12.202)
Result. de partic. de coligadas e controladas e Distrib. de Sobras	-	(942)	(879)
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	2	8	-
	<b>37.147</b>	<b>68.648</b>	<b>60.340</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(600)	(600)	-
Títulos e Valores Mobiliários	2.119	5.314	7.427
Relações Interfinanceiras	56	-	-
Operações de Crédito	(40.207)	(110.920)	(30.419)
Outros Créditos	(1.152)	(2.015)	812
Outros Valores e Bens	(667)	(1.058)	(1.225)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	15.193	42.300	33.103
Depósitos sob Aviso	210	568	1.557
Depósitos a Prazo	54.608	88.712	30.760
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	5.666	17.275	9.763
Outras Obrigações	340	3.453	4.367
Relações Interfinanceiras	(15.815)	4.001	8.326
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	633
Relações Interdependências	8.682	(4.258)	(180)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>65.580</b>	<b>111.420</b>	<b>125.264</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Recebimento Dividendos	-	942	879
Aplicação no Intangível	(56)	(72)	(8)
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.921)	(3.879)	(3.480)
Inversões em Investimentos	(2.942)	(3.902)	(1.270)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(5.919)</b>	<b>(6.911)</b>	<b>(3.879)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	4.521	7.357	4.558
Devolução de Capital à Cooperados	(6.462)	(11.296)	(9.242)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(155)	(221)	(171)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(179)	(45)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(398)	(398)	(710)
FATES Sobras Exercício	(2.638)	(2.638)	(1.866)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(125)	(125)	(280)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.719)	(1.719)	(2.281)
Subscrição do Juros ao Capital	9.005	9.005	12.202
IRRF sobre Juros ao Capital	(200)	(200)	(353)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.829</b>	<b>(414)</b>	<b>1.812</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>61.490</b>	<b>104.095</b>	<b>123.197</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	532.006	489.401	366.204
No Fim do Período - nota 3.(u)	593.496	593.496	489.401
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>61.490</b>	<b>104.095</b>	<b>123.197</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)**

**1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/09/1989, filiada à COOPERATIVA DE CREDITO CENTRAL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL possui 26 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CASTELO - ES, VARGEM ALTA - ES, ALEGRE - ES, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, RIO NOVO DO SUL - ES, BOM JESUS DO NORTE - ES, GUAÇUÍ - ES, MARATAÍZES - ES, PRESIDENTE KENNEDY - ES, MIMOSO DO SUL - ES, ITAPERUNA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, MACAÉ - RJ, RIO DAS OSTRAS - RJ, JERÔNIMO MONTEIRO - ES, ITAOCARA - RJ e CABO FRIO - RJ.

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

**b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

**m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de valorização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**r) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**s) Valor recuperável de ativos - impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$

outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	7.275	4.715
Relações interfinanceiras - centralização financeira	586.221	484.686
TOTAL	593.496	489.401

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	600	-
TOTAL	600	-

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos rurais a cooperados.

4.1 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	10	1.157
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	6.443	10.610
TOTAL	6.453	11.767

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	554	1.495
Total	554	1.495

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	586.221	484.686
TOTAL	586.221	484.686

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 33.129 mil (31/12/2017 – R\$ 40.605 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.207	-	1.207	1.388
Empréstimos	186.231	175.234	361.465	286.023
Títulos Descontados	50.777	8	50.785	54.767
Financiamentos	14.577	24.296	38.873	24.244
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	62.893	35.528	98.421	94.163
Total das Operações Crédito	315.685	235.066	550.751	460.585
(-) Provisões para Operações de Crédito	(13.523)	(9.407)	(22.930)	(28.979)
TOTAL	302.162	225.659	527.821	431.606

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emp. / Títulos	A.D / Cheque Esp/ Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	39.534	10	224	2.726	42.494	0	9.043	0
A 0,5% Normal	146.568	1.759	22.353	45.187	215.867	-1.079	169.597	-847
B 1% Normal	124.546	13.142	10.440	43.264	191.392	-1.914	179.146	-1.791
B 1% Vencidas	780	100	51	86	1.017	-10	2.953	-30
C 3% Normal	38.032	4.207	3.138	3.850	49.227	-1.477	46.199	-1.386
C 3% Vencidas	1.813	240	285	209	2.547	-76	3.385	-102
D 10% Normal	9.679	1.619	1.019	1.027	13.344	-1.334	6.168	-617
D 10% Vencidas	1.657	226	247	383	2.513	-251	16.167	-1.617
E 30% Normal	2.475	613	470	738	4.296	-1.289	2.158	-647
E 30% Vencidas	13.207	232	162	88	13.689	-4.107	2.229	-669
F 50% Normal	1.058	350	82	338	1.828	-914	614	-307
F 50% Vencidas	2.657	207	124	44	3.032	-1.516	3.240	-1.620
G 70% Normal	328	135	60	24	547	-383	399	-280
G 70% Vencidas	977	247	37	0	1.261	-883	735	-514
H 100% Normal	2.419	162	43	300	2.924	-2.924	3.171	-3.171
H 100% Vencidas	3.456	1.022	138	157	4.773	-4.773	15.381	-15.381
Total Normal	364.639	21.997	37.829	97.454	521.919	-11.314	416.495	-9.046
Total Vencidas	24.547	2.274	1.044	967	28.832	-11.616	44.090	-19.933
Total Geral	389.186	24.271	38.873	98.421	550.751	-22.930	460.585	-28.979
Provisões	-17.665	-2.443	-987	-1.835	-22.930		-28.979	
Total Líquido	371.521	21.828	37.886	96.586	527.821		431.606	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	1.207	-	-	1.207
Cheque Especial / Conta Garantida	23.064	-	-	23.064
Empréstimos	50.554	112.613	175.234	338.401
Títulos Descontados	46.246	4.531	8	50.785
Financiamentos	4.252	10.325	24.296	38.873
Financiamentos Rurais	9.720	53.173	35.528	98.421
TOTAL	135.043	180.642	235.066	550.751

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.347	104.037	18.033	2.357	129.774	24%
Setor Privado - Indústria	1.223	13.580	6.507	-	21.310	4%
Setor Privado - Serviços	11.131	176.717	18.859	1.583	208.290	38%
Pessoa Física	6.415	66.187	7.198	83.690	163.490	30%
Outros	155	16.753	188	10.791	27.887	4%
TOTAL	24.271	377.274	50.785	98.421	550.751	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	28.979	42.437
Constituições	14.752	21.768
Transferência para prejuízo	(20.801)	(35.226)
TOTAL	22.930	28.979

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	10.347	2,00%	11.534	2,00%
10 Maiores Devedores	80.518	15,00%	84.736	18,00%
50 Maiores Devedores	190.796	35,00%	162.357	35,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	71.925	38.811
Valor das operações transferidas no período	20.801	35.226
Valor das operações recuperadas no período	(8.430)	(3.023)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(376)	(89)
TOTAL	83.920	71.925

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	1.306	1.597
Rendas a Receber	3.870	3.217
Rendas Serviços arrecadação de convênios	510	405
Rendas da Centralização da Administração Financeira	2.875	2.640
Outras Rendas a Receber	485	172
Diversos	5.312	3.707
Adiantamento e Antecipações salariais	147	133
Adiantamento por conta de Imobilizações	16	2.274
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.439	190
Impostos e Contribuições a Compensar	603	448
Pagamentos a Ressarcir	1.380	5
Títulos e Crédito a Receber	551	375
Devedores Diversos - País	176	282
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(992)	(1.039)
TOTAL	9.496	7.482

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 377 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.771 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 184 mil) e Outros (R\$ 107 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	6.051	5.930
Material em Estoque	9	108
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-925	-1.084
Despesas Antecipadas (c)	938	61
TOTAL	6.073	5.015

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	18.267	15.325
Participações inst financ controlada coop crédito	8.530	7.570
TOTAL	26.797	22.895

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.432	882	
Terrenos	379	379	
Instalações	6.857	5069	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-3.165	-2377	
Móveis e equipamentos de Uso	3.459	2938	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-1.587	-1381	
Sistema de Comunicação	264	220	20%
Sistema de Processamento de Dados	3.352	3063	10%
Sistema de Segurança	1.105	850	10%
Sistema de Transporte	219	219	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-2.816	-2593	
TOTAL	9.499	7.269	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	697	921	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	-586	-504	
TOTAL	111	417	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	167.099	124.799
Depósito Sob Aviso	26.724	26.155
Depósito a Prazo	514.546	425.834
TOTAL	708.369	576.788

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	56.500	8,00%	42.496	7,00%
10 Maiores Depositantes	141.587	20,00%	116.470	20,00%
50 Maiores Depositantes	237.760	34,00%	193.069	33,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-1.651	-2.412
Despesas de Depósitos a Prazo	-28.691	-40.228
Despesas de Depósitos Judiciais	-1	-
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-1.146	-57
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-981	-838
TOTAL	-32.470	-43.535

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

**11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.**

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	6.451	20.587	9.763
<b>TOTAL</b>	<b>6.451</b>	<b>20.587</b>	<b>9.763</b>

**12. Relações Interfinanceiras**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	10.642	1.871	17.394
Recursos do Bancob	Diversos	Diversos	43.130	42.198	76.448
<b>TOTAL</b>			<b>53.772</b>	<b>44.069</b>	<b>93.842</b>

**12.1 Obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	7.560	-	7.560
<b>TOTAL</b>			<b>7.560</b>	<b>-</b>	<b>7.560</b>

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 7.662 mil (31/12/2017 – R\$ 7.187 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

**13. Relações Interdependências**

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	9.246	13.507
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	6	3
<b>TOTAL</b>	<b>9.252</b>	<b>13.510</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

**14. Outras Obrigações**

**14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	227	206
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>208</b>

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

**14.2 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.325	739
Resultado de Atos com Associados (a)	11.052	9.499
Resultado de Atos com Não Associados (a)	398	1.554
Gratificações e Participações a Pagar	185	156
Cotas de Capital a Pagar (b)	3.024	3.518
<b>TOTAL</b>	<b>15.984</b>	<b>15.466</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

**14.3 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	1.189	1.546
<b>TOTAL</b>	<b>1.189</b>	<b>1.546</b>

**14.4 Diversas**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	755	6
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.296	1.677
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.583	2.280
Despesa de Pessoal	1623	1341
Água/Energia/Gás	1	-
Aluguéis	171	90
Comunicações	55	33
Propaganda e Publicidade	13	10
Promoções E Relações Públicas	-	1
Segurança e Vigilância	5	-
Manutenção e Conservação de Bens	3	9
Transporte	90	73
Plano de Saúde	-	101
Seguro	20	-
Compensado	73	108
Seguros a Recolher	5	4
Seguros Prestamista	278	280
Provisão de Cartões a Pagar	147	124
Outras Despesas Administrativas	99	106
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	1.470	1.173
Credores Diversos - País	2.417	1.148
Pendência a regularizar	23	82
Diferença de Caixa	30	36
Pagamento a Processar	432	18
Pendência a Regularizar Bancob	1009	141
Crédito de Terceiros	1	15
Cooperativa Central	255	193
Valores a Pagar arrecadação	13	7
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	24	21
Taxa de Gravames A Repassar	-	4
Outros	18	10
Cheques Depositados	572	487
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	40	134
<b>TOTAL</b>	<b>9.521</b>	

São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 52.464 mil (R\$ 42.044 mil em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

**15. Instrumentos financeiros**

O **SICOOB SUL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

**16. Patrimônio líquido**

**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	149.779	132.230
Associados	40.033	33.014

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Reserva Estatutária**

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para aumento do capital social, no valor de R\$ 8.436

**e) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	53.157	38.028
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(398)	(710)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	52.759	37.318
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(29.017)	(20.525)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.638)	(1.866)
Fundo de Investimento Social – 1%	(528)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	20.576	14.927

**17. Resultado de atos não cooperativos**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	8.261	6.267
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.621)	(1.366)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.281)	(1.287)
Resultado operacional	4.359	3.614
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	122	12
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.481	3.626
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(4.083)	(2.916)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	398	710

**18. Provisão de Juros ao Capital**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 9.005 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**19. Outros ingressos/rendas operacionais**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	392	97
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	273	51
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.325	1.913
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	320	389
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	301	111
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.018	430
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	922	691
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	19	10
Dividendos	942	879
Outras Rendas Operacionais	1.182	1.061
<b>TOTAL</b>	<b>7.694</b>	<b>5.632</b>

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

**19.1 Ingressos da Intermediação Financeira**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.028	1.910
Rendas de Empréstimos	70.525	70.325
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.267	14.498
Rendas de Financiamentos	6.289	6.122
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	23
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	325	236
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	2.678	1.749
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.863	581
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	140	39
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.435	801
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	3.280
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	554	1.495
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.430	3.024
<b>TOTAL</b>	<b>109.534</b>	<b>104.083</b>

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancob e Sicoob Central ES.

**20. Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-417	-1.122
Despesas de Descontos Concedidos	-118	-21
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-880	-611
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-87	-87
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-12	-29
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-8	-19
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-633	-630
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-1.755	-
Outras Despesas Operacionais	-687	-364
Garantias Financeiras Prestadas	-569	-626
Contingências	-72	-93
<b>TOTAL</b>	<b>-5.238</b>	<b>-3.602</b>

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

**20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-32.470	-43.535
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-7.662	-7.187
Provisões para operações de crédito	-14.706	-22.019
<b>TOTAL</b>	<b>-54.838</b>	<b>-72.741</b>

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

**NOTAS EXPLICATIVAS** (EM 31/12/2017 E DE 2018 | EM MILHARES DE R\$)

**21. Resultado não operacional**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	42	13
Ganhos de Capital	65	71
Reversão de Provisões não Operacionais	140	-
Outras Rendas não Operacionais	28	66
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-110	-
(-) Perdas de Capital	-34	-20
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	-118
(-) Outras Despesas não Operacionais	-9	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>122</b>	<b>12</b>

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

**22. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.747	0,2%	8
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	503	0,04%	1
<b>TOTAL</b>	<b>3.250</b>	<b>0,23%</b>	<b>9</b>
Montante das Operações Passivas	4.266	0,84%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	30	1	0%
Conta Garantida	10	-	0%
Crédito Rural	181	2	0%
Empréstimo	14.969	3.517	4%
Financiamento	851	4	2%
Títulos Descontados	80	-	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	774	0,47%	-
Depósitos a Prazo	12.903	2,27%	80%a 102% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques	1,60% a.m	1,23% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos <sup>1</sup>	CDI + 0,40 a a.m. à 2 % a.m.	CDI + 0,42% a.m à 4,85% a.m
Renegociações	CDI+0,60 a.m.	CDI+0,30 a CDI+4,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	2% a.m	1,06% a.m 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	5,50% a.a à 6,50% a.a	2,50% a.a à 10,50% a.a
Aplicações financeiras – RDC <sup>2</sup>	80%a 102% CDI	90%a 100% CDI

<sup>1</sup> - Taxa aprovada pelo Comitê Executivo de Crédito em virtude das condições do mercado oferecida por outra instituição financeira.

<sup>2</sup> - Aplicação em conformidade com a tabela vigente na época.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	11.441
Empréstimos e Financiamentos	33.192

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.476
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	49

**23. Cooperativa Central**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

**24. Gerenciamento de Risco**

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

**24.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

**24.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

**24.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

**24.4 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

**24.5 Risco Socioambiental**

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

**24.6 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

**25. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	282.382	247.764
Margem de Compatibilização	200.763	176.079
Índice da Basileia	41,52%	44,93%
Margem de Imobilização	131.693	116.513

**27. Provisão para demandas judiciais**

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.148	2.148	2.101	2.101
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	225	184	190	66
Outros	462	107	511	107
<b>TOTAL</b>	<b>2.835</b>	<b>2.439</b>	<b>2.802</b>	<b>2.274</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.199 mil.

**Cachoeiro de Itapemirim-ES, 18 de janeiro de 2019.**

**Luiz Fernando Bonandi**  
Diretor Executivo  
CPF: 761.768.197-68

**Eliene Maria Messias**  
Diretora Operacional  
CPF: 017.142.437-96

**Wanderson Vieira da Silveira**  
Contador CRC nº 016925/O-0-ES  
CPF: 099.673.817-79

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – SICOOB SUL

Cachoeiro de Itapemirim/ES

**Opinão**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – SICOOB SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

RELATÓRIO DE AUDITORIA

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 8 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral  
Contador CRC MG - 90.766/O-4  
CNAI 2.994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa), datado de 08 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 07 de Março de 2019.

Joelso Moreira  
Coordenador do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Ciancio Marino  
Secretário do Conselho Fiscal

Fernando Humberto Maitan  
Conselheiro Fiscal Efetivo

**FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.**

**PROMOÇÃO #VEMPROTIME**

Abra sua conta pelo aplicativo **Faça Parte** com o código **#vemprotime**, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 0996  
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br  
Certificado de Autorização SEAE/MF N° 01.000747/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime.

Download on the App Store  
GET IT ON Google Play

**SICOOB**  
Faça parte.